

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À TERCEIRA EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À SEGUNDA EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À PRIMEIRA EDIÇÃO	9
RESUMO	11
ABSTRACT	13
PALAVRAS-CHAVE/KEYWORDS	14
PLANO DE EXPOSIÇÃO	15
CONVENÇÕES	17
INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO	19
CAPÍTULO I. O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO E A TAXA	25
1.1. O contencioso tributário	25
1.2. O contencioso das taxas	31
1.2.1. Um contencioso recente. O renascimento da importância da taxa	31
1.2.2. Um contencioso-massa. Da concretização jurisprudencial de um conceito de taxa à discussão dos vícios de procedimento	37
1.2.3. Um contencioso de taxas sem Regime Geral. A estruturação legal do procedimento e do processo tributários em torno da figura do imposto	43
1.3. Conclusões do Primeiro Capítulo	51
CAPÍTULO II. A LIQUIDAÇÃO DE TAXA	53
2.1. O acto de liquidação de taxa como acto administrativo e tributário	54
2.2. Os deveres de colaboração e de cooperação na liquidação de taxa	57

2.3. A liquidação de taxa no ordenamento jurídico português.	
Alguns exemplos	63
2.3.1. O momento da liquidação	65
2.3.2. O modo da liquidação	70
2.4. Tipos de liquidação de taxa	72
2.4.1. Liquidação administrativa	75
2.4.2. Autoliquidação	78
2.4.3. Liquidação por terceiro e a substituição sem retenção	84
2.5. Responsabilidade tributária na intermediação e substituição	88
2.5.1. Intermediação nos tributos, uma aproximação	88
2.5.2. O sujeito passivo e o substituto	92
2.5.3. Os intermediários	96
2.6. Empresarialização do processamento de liquidação	100
2.7. A notificação da liquidação de taxa	110
2.8. A legitimidade no procedimento e processo tributário do substituto tributário sem retenção na fonte	117
2.9. Conclusões do Segundo Capítulo	124
CAPÍTULO III. A AUDIÇÃO NA LIQUIDAÇÃO DE TAXAS	129
3.1. A audição no procedimento tributário – preliminares	129
3.2. A audição prévia à liquidação de taxas	136
3.2.1. A dispensa de audição prévia à liquidação e à decisão favorável ao contribuinte	137
3.2.1.1. A jurisprudência do aproveitamento do acto e a irrelevância do vício de preterição da audição prévia à liquidação de tributos	142
3.2.1.2. A jurisprudência em torno da liquidação de taxas assente em operações aritméticas e a sua importância na liquidação de taxas	147
3.2.2. A necessária audição prévia à liquidação de taxas – a liquidação de taxas que depende da especial colaboração do sujeito passivo	163
3.3. Conclusões do Terceiro Capítulo	167
CAPÍTULO IV. O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO DE TAXAS	169
4.1. O dever de fundamentação do acto tributário – preliminares	169
4.2. A fundamentação da liquidação de taxas	178
4.2.1. A fundamentação da incidência tributária	182
4.2.2. A jurisprudência em torno do princípio do aproveitamento do acto e da liquidação assente em operações aritméticas	193
4.2.3. A fundamentação económico-financeira e a quantificação da taxa	195

4.2.4. A nova jurisprudência sobre a autonomia do fundamento da remoção do obstáculo jurídico e a relevância do dever de fundamentação económico-financeira	202
4.3. Conclusões do Quarto Capítulo	208
CONCLUSÕES FINAIS	213
EPÍLOGO	225
ANEXO I. Jurisprudência nacional citada	227
ANEXO II. Jurisprudência comunitária citada	244
BIBLIOGRAFIA	247